

AGRICULTURA ORGÂNICA: UMA PROPOSTA DE DIFERENCIAÇÃO ENTRE ESTABELECIMENTOS RURAIS

ORGANIC AGRICULTURE: A PROPOSAL OF DIFFERENTIATION BETWEEN RURAL PREMISES

Luciano Zanetti Pessôa Candiotto

Doutor em Geografia / Docente da UNIOESTE, campus de Francisco Beltrão
lucianocandiotto@yahoo.com.br

Suzana Gotardo de Meira

Mestre em Geografia pela UNIOESTE, campus de Francisco Beltrão
suzanagmeira@hotmail.com

Resumo

Este artigo procura desenvolver uma análise sobre o conceito de Agroecologia, considerando como este vem sendo discutido no plano teórico e qual sua diferença em relação ao conceito de agricultura orgânica e a outros conceitos correlatos. Ao compreender que a Agroecologia engloba três dimensões que são coexistentes: científica, política e pedagógica, buscou-se levantar os fundamentos e a posição de alguns autores que discutem o conceito de Agroecologia na atualidade. Para atingir tal objetivo, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o tema e desenvolvida uma proposta metodológica para diferenciar os agricultores envolvidos com a produção orgânica, daqueles que se aproximam da Agroecologia, considerando para tal, as similitudes e diferenças teóricas entre elas. Finalmente, apresentou-se uma proposta de tipologia para estabelecimentos rurais envolvidos com a agricultura de base ecológica, com o intuito de criar um referencial teórico para aplicação em estudos empíricos.

Palavras-chave: Agroecologia. Agricultura Orgânica. Conceito. Tipologia.

Abstract

This paper develops an analysis about Agroecology's concept considering how it has been discussed in theory and its difference with the concept of organic agriculture and other related concepts. Understanding that Agroecology comprehend three integrated dimensions: scientific, politic and pedagogic we seek to raise fundamentals and positions of some authors around this concept. To reach this goal we conducted a literature review and propose a methodology to differentiate farmers involved in organic production those who approach the Agroecology considering similarities and differences between these theoretical concepts. Finally, we propose a typology for rural establishments involved with ecological agriculture trying to create a theoretical framework for application on empirical researches.

Keywords: Agroecology. Organic Agriculture. Concept. Typology.

Introdução

O crescimento dos impactos sociais e ambientais durante o século XX intensificou o questionamento do atual modelo de agricultura convencional, iniciado após a Segunda Guerra Mundial com a chamada Revolução Verde e, atualmente, consolidado em todo o planeta. Baseado na implantação de um pacote tecnológico padronizado, composto pelo uso intenso de sementes modificadas e maquinários, insumos químicos e novas tecnologias em todas as fases da produção (plantio, colheita e processamento), tal modelo foi responsável pela expansão das relações capitalistas na agricultura mundial ao buscar aumentar a produtividade e maximizar os lucros.

A percepção da sociedade sobre as consequências maléficas da Revolução Verde fortaleceu-se a partir da própria evolução teórico-conceitual do ambientalismo, que questiona o modelo produtivista e economicista vigente, indicando a necessidade de transformações sociais profundas, que modifiquem a relação sociedade-natureza. Entre essas mudanças, está a busca por uma relação mais harmônica entre a produção de alimentos e a conservação ambiental, surgindo formas alternativas de agricultura, como a agricultura orgânica, a agricultura natural, a agricultura biodinâmica, entre outras. Essas correntes de agricultura alternativa, chamadas também de agricultura de base ecológica, permitiram expandir o debate sobre a Agroecologia, de modo que, hoje, ela não é entendida somente como mais uma corrente da agricultura alternativa.

A Agroecologia vem sendo trabalhada como um novo paradigma que, por sua vez, contribuiria para a materialização de uma agricultura sustentável. Assim, além de uma dimensão científica que pode envolver diversas disciplinas e áreas do conhecimento científico, a Agroecologia agrega outras dimensões como a do conhecimento popular, a político-ideológica e a pedagógica.

Considerando o predomínio da agricultura convencional e a resistência a esse modelo por parte das correntes da agricultura de base ecológica, neste artigo, procurou-se realizar uma análise de como vem sendo trabalhado e aplicado o conceito de Agroecologia, devido ao fato deste estar fundamentado em uma abordagem integradora das dimensões econômica, ambiental, social e política da agricultura, com foco na agricultura familiar e/ou camponesa. Além desse resgate teórico-conceitual, apresenta-se uma proposta de tipologia para diferenciar empiricamente os agricultores adeptos da agricultura orgânica, daqueles

que praticam a Agroecologia, entendendo que a última é mais complexa e preocupada com o fortalecimento da autonomia dos agricultores familiares/camponeses.

Apesar do artigo não apresentar uma aplicação direta dessa metodologia no plano empírico, cabe ressaltar que esta proposta de tipologia foi construída a partir da experiência vivenciada pelos autores em projetos de pesquisa e extensão com foco na agricultura orgânica em municípios da região Sudoeste do Paraná, desenvolvidos desde 2008. Destaca-se a pesquisa “Conhecendo a configuração da agricultura orgânica e da agroecologia em nove municípios do Sudoeste do Paraná”, com apoio financeiro do CNPq, através do Edital n. 58/2010 MDA/CNPq; além da dissertação de mestrado em Geografia de Meira (2013), intitulada “Intencionalidades, territorialidades e temporalidades da Agroecologia e da Agricultura Orgânica em Itapejara D’Oeste, Salto Do Lontra e Verê (SO/PR)”, com bolsa concedida pela CAPES e defendida em 2013.

Para produção do artigo, o procedimento metodológico utilizado constou de um levantamento bibliográfico sobre o tema, leituras e análise de obras de autores que abordam os conceitos de Agroecologia, agricultura orgânica e demais formas alternativas de produção ao modelo convencional de agricultura. A partir das leituras e da experiência empírica de contato com agricultores que produzem alimentos orgânicos, foi desenvolvida uma proposta de tipologia, entendendo-a como um exercício de análise para contribuir com o debate sobre o tema, e não como algo fechado e concluído.

Agroecologia enquanto ciência

Pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento vêm analisando conceitualmente a Agroecologia, seja como modelo teórico ou prático interpretativo dos sistemas agrícolas (agroecossistemas). Contudo, há muito que avançar em relação aos aspectos conceituais, teóricos e metodológicos bem como à aplicação da Agroecologia na práxis.

No processo de construção da Agroecologia, destaca-se sua dimensão científica, de modo que ela é trabalhada por diversos autores como uma nova ciência que integra conhecimentos da Agronomia e da Ecologia e que se fundamenta no conceito de agroecossistema, conforme apontam Altieri (1999) e Gliessman (2001). Contudo, na trajetória da Agroecologia, no contexto de uma ciência, existiram e existem importantes contribuições de outros campos do conhecimento que, de alguma forma, contribuem

para apreender a crise socioambiental gerada pelos modelos de desenvolvimento e de agricultura convencionais e, simultaneamente, para a reflexão e construção de novos desenhos de agroecossistemas e de agricultura.

Diversos pesquisadores vêm-se dedicando ao estudo e ao desenvolvimento de práticas agrícolas alternativas mais adaptadas às características dos ecossistemas e que não dependam dos insumos e dos maquinários controlados pelas grandes empresas detentoras das tecnologias agropecuárias. A dependência da agricultura em relação aos combustíveis fósseis – utilizados para a produção industrial de fertilizantes e defensivos químicos – é destacada nesse contexto.

Segundo Gliessman (2001), na década de 1930, alguns ecologistas propuseram o termo “*agroecologia*” para designar a ecologia aplicada à agricultura. Assim, a Agroecologia seria uma ciência que estabelece princípios ou direções para que se desenvolvam sistemas agrícolas sustentáveis do ponto de vista econômico e ambiental. Para esse autor, a Agroecologia é uma fusão da Agronomia com a Ecologia e constitui-se em uma ciência que proporciona o conhecimento e os métodos necessários para desenvolver uma agricultura ambientalmente correta, que pode ser extremamente produtiva e economicamente viável. Apesar de apoiar-se no ideário da sustentabilidade e de focar a Agroecologia como uma ciência pluridisciplinar (Agronomia e Ecologia), Gliessman (2001) enfoca o aspecto produtivo/agrícola do manejo dos agroecossistemas. O autor salienta o potencial social e político da Agroecologia, porém não amplia o debate sobre essas importantes dimensões do conhecimento agroecológico.

Para Assis e Romeiro (2002), a Agroecologia é entendida como ciência que busca compreender o funcionamento de agroecossistemas (propriedades agrícolas compreendidas como ecossistemas, onde ocorrem diversas relações de troca entre matéria e energia). Ela estaria ligada ao princípio de sustentabilidade das atividades agropecuárias, através da conservação dos recursos naturais e menor dependência de insumos externos. A Agroecologia procura inter-relacionar conhecimentos de várias áreas, no sentido de propor uma orientação para uma agricultura que considere as condições ambientais impostas pela natureza.

A ciência agroecológica busca aprender com a própria natureza melhores formas de intervir sobre ela e aplicar conhecimentos técnicos e científicos adquiridos pela

humanidade, resgatando conhecimentos que a agricultura convencional despreza. Utiliza inovações tecnológicas para desenvolver agroecossistemas sustentáveis e de alta produtividade, mas sempre sem agredir o meio ambiente (ASSIS; ROMEIRO, 2002).

O que se quer, então, é uma nova abordagem da agricultura e do desenvolvimento agrícola, que construa sobre aspectos de conservação de recursos da agricultura tradicional local, enquanto, ao mesmo tempo, se exploram conhecimentos e métodos ecológicos modernos. Esta abordagem é configurada na ciência da agroecologia, que é definida como a aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis (GLIESSMAN, 2001, p. 53-54).

Segundo Altieri (1999), quando a biodiversidade é restituída aos agroecossistemas, numerosas e complexas interações passam a acontecer entre solo, plantas e animais. Nesse sentido, na Agroecologia, a preservação e a ampliação da biodiversidade dos agroecossistemas são fundamentos utilizados para produzir auto-regulação e sustentabilidade.

Apesar do enfoque agrônômico e ecológico predominante, Candiotto, Carrijo e Oliveira (2008a) afirmam que, além da preocupação ambiental, a Agroecologia considera a dimensão social da agricultura familiar e procura fortalecê-la frente à expansão de grandes empresas agrícolas. Portanto, na perspectiva da Agroecologia, o processo de produção agrícola deve estar vinculado ao desenvolvimento ambiental, social e econômico das propriedades e famílias rurais. Assim, é fundamental um conhecimento profundo do funcionamento dos ecossistemas e agroecossistemas inseridos nas Unidades de Produção e Vida Familiar (UPVFs), aliado a uma preocupação política e social de fortalecimento da autonomia de agricultores familiares e/ou camponeses.

Altieri e Nicholls (2000) fundamentam-se na Agroecologia enquanto ciência, a partir da junção de Agronomia e Ecologia, porém apontam para a importância das relações socioeconômicas na compreensão e no desenvolvimento da Agroecologia.

La disciplina científica que enfoca el estudio de la agricultura desde una perspectiva ecológica se denomina «agroecología» y se define como un marco teórico cuyo fin es analizar los procesos agrícolas de manera más amplia. El enfoque agroecológico considera a los ecosistemas agrícolas como las unidades fundamentales de estudio; y

en estos sistemas, los ciclos minerales, las transformaciones de la energía, los procesos biológicos y las relaciones socioeconómicas son investigados y analizados como un todo. De este modo, a la investigación agroecológica le interesa no sólo la maximización de la producción de un componente particular, sino la optimización del agroecosistema total. Esto tiende a reenfocar el énfasis en la investigación agrícola más allá de las consideraciones disciplinarias hacia interacciones complejas entre personas, cultivos, suelo, animales, etcétera. (ALTIERI; NICHOLLS, 2000, p. 14/15).

Entre as décadas de 1940 e 1980, predominou um enfoque científico na Agroecologia, iniciado com a tentativa de se promover novas formas de integrar a Agronomia com a Ecologia. Posteriormente, a Agroecologia incorporou a importância de unir o saber popular para realizar o manejo sobre o ambiente e sobre os recursos naturais nos processos produtivos agrícolas ou extrativistas. Dessa forma, o saber acumulado pelas comunidades tradicionais ao longo dos anos passou a ser considerado por alguns cientistas, de modo que, na visão de Caporal (2008), a Agroecologia apresenta-se hoje como uma ciência que articula diferentes conhecimentos científicos e saberes populares para a busca de sustentabilidade na agricultura.

Nesse sentido, ao propor a junção de conhecimentos científicos seja da Agronomia, da Ecologia e de outras ciências exatas, biológicas e humanas com conhecimentos tradicionais herdados por gerações de agricultores de diferentes lugares e culturas, a Agroecologia ultrapassa essa dimensão científica, incorporando uma dimensão cultural, social e política proveniente, sobretudo, de conhecimentos empíricos e tradicionais.

Além do diálogo entre diferentes ciências, a Agroecologia fundamenta-se em saberes tradicionais de comunidades camponesas, em práticas e costumes locais, entre outros aspectos, internos às comunidades e aos estabelecimentos rurais. “A agroecologia pressupõe o uso de tecnologias heterogêneas, com adequação às características locais e à cultura das populações e comunidades rurais que vivem numa dada região ou ecossistema e que irão manejá-las” (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2006, p. 21).

A Agroecologia envolve contribuições disciplinares da Física, Química, Economia, Ecologia, Agronomia, Biologia, Pedagogia, Comunicação, História, Antropologia, Sociologia, Geografia, entre outras áreas do conhecimento. Todavia, mais do que uma união entre diferentes áreas do conhecimento, é preciso estabelecer um

diálogo entre essas áreas, buscando identificar e consolidar objetivos em comum, orientados por um enfoque efetivamente interdisciplinar.

Numa perspectiva geográfica, faz-se necessário apreender criticamente a gênese, o desenvolvimento e as consequências das experiências em agricultura orgânica e Agroecologia no espaço geográfico, considerando indivíduos e instituições envolvidos, suas relações, ações e normas, além dos *objetos técnicos* e das *intencionalidades* inseridos a partir da prática agroecológica (SANTOS, 1996). Nesta abordagem geográfica para apreender a Agroecologia, objetiva-se verificar as intencionalidades presentes nos discursos e nas práticas que se denominam orgânicas e/ou agroecológicas bem como as implicações econômicas, políticas, sociais e ambientais dessas estratégias no plano empírico.

A Agroecologia vai muito além da aproximação entre Agronomia e Ecologia, de modo que, além dos conhecimentos e saberes populares, são fundamentais conhecimentos científicos de diferentes disciplinas para o desenho de agroecossistemas e agriculturas mais sustentáveis. Nesse sentido, um dos grandes desafios propostos pela Agroecologia é a superação de um enfoque meramente técnico-científico disciplinar, e adotar uma abordagem integradora e inovadora dos fundamentos, procedimentos e do próprio papel da ciência.

Agroecologia: saber interdisciplinar e integrador

Diante dos problemas ocasionados pelo modelo de agricultura materializado a partir da Revolução Verde¹, que se mostrou amplamente insustentável, é fundamental a busca por novas abordagens que tenham uma concepção inclusiva do ser humano no meio ambiente e que, além do conhecimento científico, reconheçam a importância da diversidade cultural e dos conhecimentos tradicionais dos agricultores. Assim, a Agroecologia procura trabalhar com estratégias apoiadas em metodologias participativas, sob um enfoque interdisciplinar e de comunicação horizontal a fim de enfrentar os problemas agrícolas e agrários contemporâneos.

Para alguns pesquisadores, como Caporal (2008) e Gliessman (2001), enquanto saber integrador de diferentes disciplinas científicas, a Agroecologia tem potencial para

construir a base de um novo desenvolvimento rural, que se aproxime do ideário do desenvolvimento sustentável.

Os impactos ambientais ocasionados pela industrialização da agricultura põem em xeque o pacote modernizador, baseado na dominação de todas as formas de vida por meio da racionalidade econômica e instrumental. Grandes pensadores, no século XIX e início do século XX, acreditavam e disseminavam a ideia de que o industrialismo pudesse superar as restrições naturais, sociais, econômicas e ecológicas através da ciência moderna. Os sistemas criados a partir desses ideais, ligados a uma racionalidade econômico-industrial, foram postos a prova e questionados quando não puderam responder aos complexos problemas de ordem socioambiental que derivaram da radicalização dos riscos da sociedade moderna industrial (FLORIANI; FLORIANI, 2010).

De acordo com Leff (2001b), concebida enquanto um saber ambiental, a Agroecologia surge do cenário de crise da modernidade e requer uma abordagem que seja capaz de estabelecer a comunicação entre as ciências da sociedade e da natureza com os demais saberes culturalmente produzidos, prezando a integração interdisciplinar e o diálogo de saberes, para compreender e explicar o comportamento de sistemas socioambientais complexos.

Conforme apontam Floriani e Floriani (2010), a Agroecologia está fundamentada em novo paradigma, que exige uma abordagem interdisciplinar e o diálogo de saberes. A ressignificação do conhecimento científico em saber vernacular prático (local, cotidiano, tradicional) configura a estratégia cognitiva complexa da Agroecologia. A práxis está integrada à subjetividade e, para compreender os valores ideológicos, os estilos de vida e os sistemas de significação, é imprescindível considerar o contexto geográfico e o momento histórico em que se insere tal prática agrícola. Assim, para interpretar os fenômenos da realidade do espaço rural de forma integrada, faz-se necessário desconstruir o pensamento disciplinar e estabelecer um diálogo entre as diversas áreas do conhecimento.

Dessa forma, o pensamento agroecológico fundamentado no paradigma sistêmico estabelece inter-relações entre o sistema de práticas sociais de agricultura, o sistema cognitivo e o sistema de objetos, para compreender o agroecossistema inserido de forma hologramática numa formação socioterritorial, cuja expressão subjetiva

materializa-se na paisagem. “A paisagem aparece ao mesmo tempo como objeto e sujeito: ela é objeto-território em sua materialidade; ela é sujeito, nascida no olhar carregado sobre o território com sua carga emocional e toda sua profundidade humana” (FLORIANI; FLORIANI, 2010, p. 17).

De acordo com Caporal, Costabeber e Paulus (2006), a Agroecologia é vista como ciência que busca contribuir para o manejo e reprodução de agroecossistemas sustentáveis, numa análise multidimensional (econômica, política, cultural, natural, social, ambiental e ética). Ela constitui uma matriz disciplinar integradora de saberes, apoiada em metodologias participativas. Como ciência, a Agroecologia é capaz de apreender e gerar conhecimentos criados em diferentes disciplinas científicas. Ela reconhece e se nutre de saberes, conhecimentos e experiências dos(as) agricultores(as), povos indígenas, quilombolas, etc, incorporando, assim, o potencial endógeno (dos lugares) como ponto de partida de qualquer projeto de transição agroecológica. Portanto, a Agroecologia considera o enfoque holístico e a abordagem sistêmica, buscando contribuir para que as sociedades redirecionem o curso alterado da coevolução social e ecológica nas suas múltiplas relações.

A Agroecologia tem como um de seus princípios a ética, isto é, uma ética ambiental que procura orientar como deveria ser a ação quando esta pode vir a comprometer outros seres. Como matriz disciplinar, a Agroecologia requer um novo enfoque paradigmático, que seja capaz de unir saberes populares com conhecimentos gerados em diferentes disciplinas, de forma a levar em consideração a totalidade dos problemas e não o tratamento isolado de suas partes. É uma revolução paradigmática que ameaça conceitos, ideias, teorias, o estatuto, a carreira e o prestígio dos que vivem material e psiquicamente da crença estabelecida pela agricultura convencional (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2006).

Quando são adotados os princípios da Agroecologia, a estratégia tecnológica deve ter como orientação a construção social de agricultores para que promovam práticas sustentáveis, contribuindo para a efetivação de uma nova agricultura que considere as múltiplas dimensões que a permeiam. Para tanto, são necessárias novas abordagens e novas práticas por parte das instituições e técnicos ligados à ciência, e à Assistência Técnica e Extensão Rural.

Acredita-se que os argumentos em torno da Agroecologia são extremamente plausíveis, pois além da otimização de usos conservacionistas dos recursos naturais (água, solos, matéria-orgânica, biodiversidade), da produção de alimentos isentos de agroquímicos - de suma importância para produtores e consumidores - e de outras contribuições na esfera ambiental, pode fortalecer a concepção e as características de autonomia da agricultura familiar e/ou camponesa, garantir a manutenção das famílias no campo e melhorar sua autoestima e qualidade de vida. Para tanto, as próprias relações de comercialização devem ser transformadas, no sentido de aproximar os agricultores dos consumidores e de esclarecer a sociedade sobre a diferença entre alimentos convencionais e orgânicos.

Dessa forma, a Agroecologia não está limitada à dimensão produtiva, pois engloba também as relações de comercialização, de certificação dos produtos, de normatização e de criação de políticas públicas por parte do Estado. Em todos esses contextos, existem disputas e conflitos políticos entre grupos e indivíduos com diferentes intencionalidades, de modo que tais conflitos são polarizados entre aqueles que defendem e acreditam no potencial da Agroecologia, com aqueles que, ao defenderem a lógica da agricultura convencional e do agronegócio, passam a lutar contra qualquer iniciativa de apoio à Agroecologia.

Esses elementos abordados acima geram preocupações que permeiam a esfera política da Agroecologia, fundamental para ampliar os conhecimentos sobre os desdobramentos econômicos, ecológicos, sociais, culturais e territoriais do enfoque teórico e das práticas relacionadas às formas de agricultura de base ecológica. Entende-se que, além de um movimento de cunho político, envolvendo perspectivas ideológicas de desenvolvimento e uma ação social direta de interação entre agricultores e pesquisadores, conforme apontado por Sevilla Guzmán (2002), a Agroecologia, em virtude de sua multidimensionalidade, pressupõe o diálogo e a interação disciplinar e, a partir destes, uma possibilidade de se estabelecer um saber interdisciplinar e até transdisciplinar.

Para além do caráter multi e interdisciplinar da Agroecologia, Sevilla Guzmán (2002, p. 18) também ressalta que ela “se propõe não só a modificar a parcelização disciplinar, senão também a epistemologia da ciência, ao trabalhar mediante a

orquestração de distintas disciplinas e *formas de conhecimento* que compõem seu pluralismo dual: metodológico e epistemológico”.

Portanto, a Agroecologia permitiria o exercício da transdisciplinaridade bem como contribuiria para a efetivação da epistemologia e do saber ambiental proposto por Leff (2001a e 2001b), conforme já alertado por Floriani e Floriani (2010).

Existem diferenças da Agroecologia em relação a outros sistemas de produção, englobados no termo agricultura alternativa ou agricultura de base ecológica. Portanto, no próximo item, apresentar-se-á, mesmo que de forma sucinta, distintas agriculturas de base ecológica e suas contribuições para a Agroecologia.

Contribuições de diferentes agriculturas de base ecológica para a Agroecologia

O termo *agricultura de base ecológica* exprime a coexistência de várias escolas, estilos ou correntes que propõem a aplicação de princípios ecológicos à produção agropecuária e permitem a redução ou extinção do uso de insumos químicos a partir da incorporação de técnicas alternativas ao modelo convencional.

A denominação agricultura de base ecológica surgiu para traduzir a variedade de manifestações do que vinha sendo tratado, de forma geral, como agricultura alternativa ao modelo de produção convencional ou, mais recentemente, como agricultura sustentável. Entre as principais, pode-se citar agricultura biodinâmica, agricultura natural, agricultura orgânica, agricultura biológica, agricultura alternativa, agricultura ecológica, permacultura e agricultura regenerativa. Neste artigo, não serão abordadas todas essas correntes, porém procura-se identificar similitudes entre algumas correntes e a Agroecologia, com maior ênfase para a agricultura orgânica.

Entre 1920 e 1940, surgiram, na Europa, três propostas alternativas para a produção de alimentos. Por serem contrárias ao uso de insumos industriais, a Agricultura Biodinâmica, a Agricultura Orgânica e a Agricultura Biológica, além da Agricultura Natural, surgida no Japão, fundamentaram-se em técnicas voltadas para manutenção ou restauração do equilíbrio biológico e ecológico das unidades rurais, visando manter uma eficiência energética do solo e das plantas, por meio do uso de insumos naturais. Enquanto a Agricultura Biodinâmica e a Natural partiram de concepções filosóficas de integração homem-natureza, a Agricultura Orgânica e a

Biológica tiveram uma origem marcada por experimentos científicos que comprovaram sua viabilidade e eficácia (TRIVELLATO; FREITAS, 2003).

Várias práticas utilizadas pela agricultura biodinâmica, por exemplo, também são usadas pela Agroecologia. Com maior frequência pode-se observar o uso de preparados biodinâmicos (na Agroecologia, mais conhecidos como “caldas” ou “super magro”) para adubação do solo e como repelentes de insetos, por possuírem, em seus compostos, esterco animal, variados tipos de ervas e minerais. No entanto, é preciso considerar que a agricultura biodinâmica, proposta no início do século XX, apresenta-se bastante complexa, pois implica a consideração de uma relação com outros planetas e astros do cosmos, na perspectiva da Antroposofia (STEINER, 2005).

Após 40 anos de pesquisas na Índia, o inglês Albert Howard desenvolveu, na década de 1930, a Agricultura Orgânica. Ela visava “obter solos e lavouras saudáveis através de práticas de reciclagem dos nutrientes e da matéria orgânica, na forma de composto ou restituição dos resíduos da cultura ao solo; rotação de culturas; e práticas apropriadas de preparo do solo” (TRIVELLATO; FREITAS, 2003, p. 12).

As propostas técnicas da agricultura biológica e orgânica são praticamente idênticas. A diferença reside mais no sentido da origem da palavra do que em termos conceituais e práticos. A agricultura biológica busca considerar a estrutura e o funcionamento dos ecossistemas no manejo dos agroecossistemas, tendo, na adubação natural dos solos, um princípio fundamental.

A agricultura natural também surgiu no início do século XX, no Japão. Algumas técnicas e métodos propostos são utilizados na agricultura orgânica e na Agroecologia como, por exemplo, não revolver o solo e não utilizar agrotóxicos.

A Agroecologia aproxima-se da permacultura, pois também preza a interdisciplinaridade dos conhecimentos científicos e o diálogo da ciência com saberes tradicionais de comunidades agricultoras, objetivando que a ocupação humana ocorra de forma menos impactante possível, mantendo a diversidade e estabilidade do ecossistema natural em relação harmônica entre pessoas e meio.

Assim como na Agroecologia, a agricultura regenerativa considera, no sistema de produção alimentar, aspectos econômicos, ecológicos, éticos e de equidade social. É de grande importância em ambas as correntes o respeito pelo consumidor.

Os termos, agricultura alternativa e agricultura ecológica (ou de base ecológica) demonstram a coexistência de várias escolas ou correntes que propõem a aplicação de princípios ecológicos à produção agropecuária com utilização de insumos orgânicos (defensivos e fertilizantes) ao invés dos insumos químicos característicos da agricultura convencional.

O termo agricultura alternativa não constitui uma corrente ou uma filosofia definida de agricultura, mas serve para reunir as escolas, correntes ou, de modo geral, as agriculturas que se diferenciam da agricultura convencional, agroquímica ou industrial. (DAROLT, 2002).

No Brasil e em todo mundo, o termo sustentável muitas vezes é utilizado como marketing para promoção comercial. Como exemplo, tem-se com frequência o patrocínio de grandes eventos por empresas produtoras de agrotóxicos que se autodenominam sustentáveis. Diante de tais acontecimentos, fica evidente que, embora a agricultura sustentável represente um avanço, pelo reconhecimento oficial da inconformidade do modelo convencional, é também um retrocesso em relação às contracorrentes da agricultura que possuem normas claras, pois a afirmação do crescimento econômico como fundamento da sustentabilidade contrapõe-se às críticas sobre o predomínio da dimensão econômica no processo de desenvolvimento. Assim, apesar de promover um discurso de integração entre o econômico, o social e o ambiental, a ideia de sustentabilidade vem sendo promovida no sentido de incorporar à dimensão econômica alguns elementos de conservação ambiental. A lógica do crescimento econômico não é questionada e parte-se do pressuposto de que esse crescimento é fundamental para se atingir melhorias sociais.

A partir das considerações do parágrafo anterior, optou-se por não utilizar o termo agricultura sustentável, nem o termo agricultura alternativa. Assim, preferiu-se utilizar o termo *agricultura de base ecológica* para denominar as várias correntes que se contrapõem à agricultura convencional predominante atualmente.

No Brasil, os termos que mais aparecem quando se trata de *agricultura de base ecológica*, são Agricultura Orgânica e Agroecologia, oficialmente reconhecidas na legislação nacional através da Lei 10.831/2003, do Decreto 6.323/2007, e mais

recentemente, do Decreto 7.794/2012, que instituiu a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Portanto, busca-se, no próximo item, diferenciar esses dois conceitos.

Similitudes e diferenças da agricultura orgânica e da Agroecologia

“Atualmente, a agricultura orgânica é o método não-convencional mais praticado e sua denominação se generalizou a tal ponto que chegou a prevalecer sobre as outras” (TRIVELLATO; FREITAS, 2003, p. 14).

Considerando que o termo agricultura de base ecológica engloba todas as correntes denominadas alternativas ou sustentáveis de agricultura e que o termo agricultura orgânica é o mais empregado no Brasil, optou-se por utilizar o conceito agricultura orgânica como algo mais amplo, que envolveria todas as correntes da agricultura de base ecológica.

Na esfera internacional, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e a Organização Mundial de Saúde (OMS) criaram um órgão denominado Comissão Codex Alimentarius para definir parâmetros alimentares em nível internacional. Essa comissão define agricultura orgânica como “um sistema holístico de manejo da produção, o qual promove e melhora a saúde do agroecossistema, incluindo a biodiversidade, os ciclos biológicos e a atividade biológica do solo” (TRIVELATTO; FREITAS, 2003, p. 16).

A primeira norma federal a respeito do tema é de 1999. Trata-se da Instrução Normativa 007/99 do Ministério da Agricultura e Abastecimento (atual Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA), que dispõe sobre normas para a produção de produtos orgânicos vegetais e animais.

Em 2003, foi promulgada a Lei 10.831, que dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Nessa norma, várias correntes da agricultura de base ecológica foram reconhecidas, porém o termo que passou a englobá-las foi agricultura orgânica, sobretudo através do conceito de *sistema orgânico de produção*.

Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável,

empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente (BRASIL, 2003, art. 1º).

Os sistemas orgânicos de produção podem contribuir para maiores rendas e melhor segurança alimentar, pois não necessitam de gastos com insumos, fertilizantes, agrotóxicos e outros produtos químicos utilizados na agricultura convencional, que se tornou onerosa e apresenta baixo retorno monetário ao agricultor. As técnicas utilizadas pela agricultura orgânica apresentam-se como uma alternativa para inúmeros cultivos.

Na agricultura orgânica, procura-se produzir alimentos livres de qualquer tipo de insumos químicos, substituindo-os por fertilizantes e defensivos de origem orgânica, como caldas, cinzas, pó de rochas, entre outros (TRIVELLATO; FREITAS, 2003).

Apesar de originalmente a agricultura orgânica fundamentar-se em preceitos científicos e de priorizar a dimensão ambiental na prática agrícola, não questionando algumas implicações socioeconômicas da agricultura convencional como o êxodo rural, a concentração da terra e da riqueza por grandes e médias empresas, a monocultura, entre outras, o conceito de sistema orgânico de produção adotado oficialmente no Brasil apresenta-se como multidimensional (dimensões ambiental, socioeconômica e cultural). “O conceito de sistema orgânico de produção agropecuária e industrial abrange os denominados: ecológico, natural, regenerativo, biológico, agroecológicos, permacultura e outros que atendam os princípios estabelecidos por esta Lei” (BRASIL, 2003, art. 1º § 2º).

Percebe-se assim, que o conceito de sistema orgânico de produção agropecuária, acaba sendo mais abrangente que o próprio conceito de agricultura orgânica. Apesar disso, o conceito de agricultura orgânica acaba englobando qualquer prática agrícola que não utiliza insumos químicos, ou seja, agrotóxicos. Portanto, no contexto do que se denomina popularmente agricultura orgânica, é possível ter desde agricultores familiares de base camponesa e assentados, até grandes empresas que produzem alimentos orgânicos, utilizando-se da mesma lógica de concentração e acumulação de outras empresas da agricultura convencional.

A busca por produtos orgânicos por parte dos consumidores tende a levar à ampliação desse tipo de produção por parte de empresas e agricultores com maior

capacidade de investimento e com maiores áreas de terra. Assim, há uma tendência de uso intensivo de tecnologia na produção orgânica, ao ponto de médios e grandes estabelecimentos rurais passarem a investir nesse tipo de agricultura, em virtude das possibilidades de ampliação de seus lucros. Portanto, a adesão à agricultura orgânica pode ocorrer através de uma intencionalidade eminentemente econômica, focada em nichos de mercado. Isso tende a aumentar os preços desses produtos e a possibilitar o acesso aos alimentos orgânicos somente por aqueles que podem pagar um valor maior do que o dos alimentos convencionais.

A prática eminentemente mercantil pode colocar em risco a sustentabilidade do sistema, pois costuma desconsiderar o equilíbrio entre o social, o econômico e o ecológico. Se depender do mercado, a produção orgânica tem futuro garantido, pois é a corrente alternativa que mais cresce e é difundida atualmente, em virtude da aceitação do produto limpo e livre de agrotóxicos (ASSIS; ROMEIRO, 2002).

Caporal e Costabeber (2004) diferenciam as correntes de agricultura de base ecológica que atuam dentro de uma perspectiva ecotecnocrática, daquelas que se fundamentam em uma perspectiva ecossocial. As correntes ecotecnocráticas não utilizam agrotóxicos, porém limitam-se à promoção de uma agricultura com preocupações ambientais, de modo que as questões sociais são inexistentes ou secundárias.

Como o termo agricultura orgânica engloba as diversas correntes de agricultura de base ecológica, ele também abarca as correntes ecotecnocráticas e ecossociais. Já a Agroecologia fundamenta-se, política e ideologicamente, na perspectiva ecossocial.

Candioto, Carrijo e Oliveira (2008a) afirmam que a agricultura orgânica limita-se a uma agricultura que não utiliza insumos químicos, de modo que, além da dimensão econômica (busca por lucros), incorpora aspectos de conservação ambiental através da redução de contaminantes químicos nos solos, águas e alimentos. Todavia, as relações econômicas, a busca pela redução de desigualdades sociais e pelo fortalecimento da autonomia dos agricultores familiares/camponeses não fazem parte de todas as iniciativas de agricultura orgânica. Nesse sentido, os autores afirmam que, além da preocupação ambiental, a Agroecologia diferencia-se da agricultura orgânica em virtude de considerar a dimensão social da agricultura familiar/camponesa e de procurar fortalecê-la frente à expansão de grandes empresas agrícolas, sejam elas convencionais ou orgânicas.

Portanto, na perspectiva da Agroecologia, o processo de produção agrícola deve considerar as dimensões ambiental, social e econômica dos estabelecimentos e das famílias rurais nas práticas de base ecológica. Assim, é fundamental um profundo conhecimento do funcionamento dos ecossistemas e agroecossistemas inseridos em uma propriedade rural ou em uma microbacia hidrográfica, aliado a uma preocupação política e social de manutenção e fortalecimento da agricultura familiar.

De maneira geral, pode-se afirmar que todas as práticas agroecológicas estão inseridas na corrente da agricultura orgânica, que, por sua vez, é uma das correntes da chamada *agricultura de base ecológica*. Por outro lado, as práticas agroecológicas, apesar de fazerem parte da agricultura orgânica, possuem peculiaridades que as tornam mais complexas do que as da agricultura orgânica, pois a Agroecologia, ao estar intimamente vinculada à agricultura familiar de base camponesa, questiona as implicações econômicas e sociais que permeiam o espaço agrário.

A Agroecologia corresponderia a um tipo de agricultura de pequena escala, caracterizada pela policultura, pela mão-de-obra familiar, por sistemas produtivos complexos e diversos, adaptados às condições locais, voltados para o consumo familiar e mercados locais e regionais, valorizando as práticas agrícolas e culturais dos agricultores familiares, como o saber fazer acumulado historicamente. Ela seria fundamentada na união de saberes populares e conhecimentos científicos, necessitando da integração interdisciplinar, tratando-se para alguns autores, de um novo paradigma em direção a uma agricultura sustentável (ALTIERI, 1999; GLIESSMAN, 2001; CAPORAL; COSTABEBER, 2004; CAPORAL, 2008) e uma proposta que permite superar a racionalidade econômica e efetivar a racionalidade ambiental (LEFF, 1994, 2001a, 2001b). Todos esses elementos que compõem a Agroecologia dificilmente são encontrados nas Unidades de Produção e Vida Familiares, porém é preciso entender que a Agroecologia pressupõe um processo constante de construção, visando à evolução da relação sociedade-natureza.

Com base no debate teórico e no conhecimento de experiências empíricas de estabelecimentos rurais com produção orgânica na região Sudoeste do Paraná, buscou-se estabelecer uma tipologia para considerar diferentes formas de agricultura orgânica e, entre estas, identificar UPVFs que se aproximam da Agroecologia.

Esse exercício teórico já foi aplicado na dissertação de mestrado de Meira (2013), em estabelecimentos rurais com agricultura orgânica nos municípios de Itapejara D'Oeste, Salto do Lontra e Verê, localizados no Sudoeste do Paraná, assim como em uma pesquisa desenvolvida em municípios do Sudoeste do Paraná². Assim, procurou-se estabelecer uma relação dialética entre teoria e prática, de modo que a abstração teórica vem sendo aplicada empiricamente e tal aplicação será útil para reajustar e refinar a tipologia proposta.

Na sequência, apresenta-se a proposta de tipologia para a diferenciação entre estabelecimentos rurais com agricultura orgânica e aqueles mais próximos da Agroecologia.

Proposta de tipologia para a agricultura orgânica e agroecologia

Conforme exposto anteriormente, esta proposta de tipologia foi elaborada a partir de leituras sobre os conceitos de agricultura orgânica e Agroecologia, mas principalmente através do contato direto com agricultores familiares que praticam a agricultura orgânica na região Sudoeste do Paraná. Percebendo a existência de situações heterogêneas nas unidades rurais analisadas e a dificuldade de diferenciar as unidades limitadas à prática da agricultura orgânica daquelas mais próximas dos fundamentos da Agroecologia, é pertinente buscar estabelecer uma diferenciação.

Esta proposta procura demonstrar que os estabelecimentos rurais familiares tendem a incorporar elementos da Agroecologia que, muitas vezes, não estão presentes em outros tipos de estabelecimentos rurais. Contudo, mesmo dentro da agricultura familiar, existem unidades que estão mais adequadas aos fundamentos da Agroecologia, assim como também existem unidades que percebem a agricultura orgânica como um nicho de mercado, mantendo e até fortalecendo uma lógica eminentemente economicista na agricultura orgânica.

Um primeiro aspecto a ser observado, nesta proposta, reside no conceito de estabelecimento rural e de Unidade de Produção e Vida Familiar (UPVF). Enquanto um estabelecimento rural corresponde a qualquer estabelecimento situado no espaço rural, independente do tamanho, atividade ou gestão, o conceito de UPVF é específico para estabelecimentos rurais da agricultura familiar e/ou camponesa. Apesar de haver uma separação entre estabelecimento rural patronal e estabelecimento rural familiar, optou-se

por utilizar o termo UPVF (que também corresponderia a um estabelecimento rural familiar) em virtude deste último englobar não somente a dimensão produtiva da unidade familiar mas também os diversos elementos que compõem essa unidade enquanto uma unidade de vida, para além da simples produção.

Dentro da unidade produtiva, foco de pesquisas das ciências sociais aplicadas e das ciências agrárias, existem também pessoas com relações sociais, políticas, valores culturais, sentimentos, identidades, etc. Ao limitar a abordagem à esfera produtiva, elementos socioculturais fundamentais da família rural acabam sendo esquecidos, prejudicando o próprio processo de análise da multidimensionalidade da agricultura familiar e/ou camponesa. Portanto, ao utilizar o conceito de UPVF, além da consideração da dimensão produtiva do estabelecimento rural familiar, busca-se apreender questões sociológicas que envolvem a família e suas relações sociais diversas.

Parte-se do pressuposto de que a produção orgânica é desenvolvida em estabelecimentos rurais, sejam UPVFs (estabelecimentos rurais familiares) ou não (estabelecimentos rurais patronais). Essa produção pode dar-se em todo o estabelecimento, envolvendo todas as atividades produtivas deste, ou somente em parte dele, isto é, quando há coexistência entre agricultura orgânica e agricultura convencional. Acredita-se que um estabelecimento rural que combina a agricultura orgânica com a convencional não pode ser chamado de estabelecimento rural orgânico, mas, sim, *parcialmente orgânico*. Este, também não pode ser classificado como agroecológico.

Outro elemento importante reside no chamado processo de transição orgânica. De forma geral, as instituições de assistência técnica em agricultura orgânica e as certificadoras de alimentos orgânicos exigem que o estabelecimento rural fique no mínimo três anos sem utilizar nenhum agroquímico para ser considerado um estabelecimento rural orgânico. Esse tempo é justificado pela necessidade de eliminar as possíveis fontes de contaminação do próprio estabelecimento, caso este tenha praticado a agricultura convencional. Entende-se que, no período de três anos, o estabelecimento deve ser chamado de *estabelecimento rural em transição para a agricultura orgânica*, não devendo ser considerado, ainda, um estabelecimento orgânico. Portanto, para que um estabelecimento rural possa ser chamado de orgânico, é preciso que ele seja *totalmente orgânico* e que tenha passado pelo processo de transição.

Na tentativa de diferenciar os estabelecimentos rurais que têm uma produção especializada daqueles em que há algum tipo de diversificação produtiva, optou-se por estabelecer a seguinte classificação - que serve para todos os *estabelecimentos rurais com agricultura orgânica* - independente do fato da produção ser ou não utilizada para o consumo de seu proprietário ou de sua família: 1) aqueles estabelecimentos rurais que produzem e comercializam até dois tipos de produtos ao ano fazem parte da categoria *especializado*; 2) os estabelecimentos rurais, onde se produzem e se comercializam até cinco tipos de produtos no ano, compõem a categoria *pouco diversificado*; 3) já os estabelecimentos que produzem e comercializam mais de cinco tipos de produtos no ano, fazem parte da categoria *diversificado*.

Por sua vez, os estabelecimentos rurais com agricultura orgânica podem ser divididos em dois grandes grupos: *empresarial/patronal* e *familiar*. Elencaram-se, a seguir, algumas características que diferenciam tais grupos. O *estabelecimento rural com agricultura orgânica empresarial/patronal* é regido por uma intencionalidade (SANTOS, 1996) econômica capitalista, que tem por objetivo principal a obtenção de lucros e a acumulação de capital. O estabelecimento é gerenciado por uma empresa, com CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica); nele, são comuns estratégias como a contratação de trabalho assalariado, uso de tecnologias da agricultura convencional (sobretudo maquinário), insumos externos e certificação por auditoria. Nesse estabelecimento, predomina a racionalidade hegemônica e as verticalidades (SANTOS, 1996), as redes são amplas, os mercados consumidores distantes e as temporalidades e territorialidades são influenciadas pela lógica economicista do capitalismo globalizado. Há pouca preocupação com benefícios locais e com o fortalecimento das horizontalidades e da agricultura familiar e/ou camponesa.

O *estabelecimento rural com agricultura orgânica familiar* diferencia-se do empresarial pelo fato de ser um estabelecimento da agricultura familiar e/ou camponesa e, portanto, uma Unidade de Produção e Vida Familiar (UPVF). Para classificar uma UPVF, procurou-se reformular a proposta de Candioto (2007 e 2011), fundamentada na Lei federal nº. 11.326/2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Portanto, foram levadas em consideração as seguintes características:

1. estabelecimentos rurais com até 50 hectares;
2. gestão familiar ou realizada por um ou mais membros da família;
3. mão de obra predominantemente familiar (mais de 50% dos trabalhadores permanentes);
4. maior parte da renda proveniente de atividades agrícolas e para-agrícolas (mais de 50%);
5. residência na propriedade de pelo menos dois membros da família.

Apesar desses cinco parâmetros, entende-se que, para ser considerado familiar (ou uma UPVF), o estabelecimento deve atender, no mínimo, aos parâmetros de número 1, 2 e 3. No entanto, é preciso analisar empiricamente cada estabelecimento, através de pesquisas de campo e de contato com as famílias, para verificar se se trata de uma UPVF ou não.

Os *estabelecimentos rurais (ou UPVFs) com agricultura orgânica familiar* podem ser subdivididos em dois grandes grupos: *moderno e tradicional*. Uma *Unidade de Produção e Vida Familiar orgânica moderna* encontra-se no limiar entre a *Unidade de Produção e Vida Familiar orgânica tradicional* e o *estabelecimento rural com agricultura orgânica empresarial/patronal*, pois pode apresentar características de ambos. A *Unidade de Produção e Vida Familiar orgânica moderna*, apesar da gestão familiar, corresponde a uma empresa (com CNPJ), que utiliza tecnologias da agricultura convencional, insumos externos e geralmente contrata mão de obra assalariada. A certificação costuma ser por auditagem e os mercados acessados podem ser locais, regionais, nacionais e até internacionais. Nessas unidades, a intencionalidade é eminentemente *econômica*, apesar da opção pela agricultura orgânica poder vincular-se a uma intencionalidade *ideológica* da família (busca por uma produção que não afete a saúde dos agricultores e consumidores; produção focada no consumo familiar; preocupação com a conservação ambiental; fortalecimento da autonomia; etc).

Na tentativa de diferenciar a intencionalidade econômica, esta foi dividida em *intencionalidade econômica capitalista*, em que o lucro e a acumulação são os objetivos principais e predomina uma lógica de crescimento constante da produção e da empresa; e *intencionalidade econômica básica*, cujo principal objetivo é a sobrevivência da família e sua qualidade de vida. Nesta, busca-se o lucro, porém, sobretudo, a

manutenção da família no campo e na agricultura. A produção é focada no consumo da família, sendo assim, desenvolve uma produção diversificada.

Acredita-se que as *Unidades de Produção e Vida Familiares orgânicas modernas* podem ser gerenciadas tanto pela *intencionalidade econômica capitalista* quanto pela *intencionalidade econômica básica*, ou mesmo por ambas. Nessas UPVFs, há uma coexistência entre o que Santos (1996) denomina verticalidades e horizontalidades, ou entre a racionalidade hegemônica e as contra-racionalidades. Assim, pode também haver uma coexistência entre temporalidades/ritmos rápidos e temporalidades mais lentas, que devem ser analisadas caso a caso.

Já a *Unidade de Produção e Vida Familiar orgânica tradicional* é regida por temporalidades mais lentas, apesar de também poderem apresentar temporalidades rápidas, porém em menor intensidade. Nessas UPVFs, a opção pela agricultura orgânica está ligada a uma intencionalidade econômica básica (de sobrevivência da família na agricultura) e, geralmente, a uma intencionalidade ideológica, sobretudo ligada à saúde da família. A UPVF pode ser cadastrada como empresa no sistema “simples”, mas a lógica do crescimento constante não é a prioridade. O acesso a tecnologias da agricultura convencional é menor se comparado às outras categorias (*Estabelecimentos Rurais Empresariais* e *UPVFs Modernas*) e tais tecnologias costumam coexistir com tecnologias antigas, rudimentares e alternativas. A mecanização é menor assim como o uso de insumos externos à UPVF. Predominam horizontalidades e redes locais, apesar da possível existência de verticalidades (relações com instituições, empresas e mercados extra-locais). Os mercados consumidores são eminentemente locais e regionais e essa categoria é a que mais se aproxima das contrarracionalidades, ou seja, da construção de racionalidades alternativas à hegemônica. Nesse sentido, estratégias de comercialização direta (feiras, cestas, entre outras) e de mercado justo e economia solidária são fundamentais para o fortalecimento dessas contra-racionalidades e da autonomia das famílias agricultoras.

Na *Unidade de Produção e Vida Familiar orgânica tradicional*, assim como nas demais, a produção pode ser *especializada*, *pouco diversificada* ou *diversificada*. Contudo, nessa categoria, as UPVFs especializadas costumam possuir certificação, seja por auditoria ou participativa, pois dependem da comercialização de poucos produtos.

Já nas UPVFs diversificadas e pouco diversificadas, pode ou não haver certificação, seja ela por auditoria ou participativa.

Nesse universo de categorias de *estabelecimentos rurais com agricultura orgânica* proposto, entende-se que somente as *Unidades de Produção e Vida Familiares orgânicas tradicionais diversificadas* podem ser consideradas como *UPVFs agroecológicas*. Por sua vez, elas podem ser subdivididas em *UPVFs agroecológicas* com certificação por auditoria; *UPVFs agroecológicas* com certificação participativa; *UPVFs agroecológicas com Controle Social na Venda Direta* (onde não se exige a certificação, mas um cadastrado do agricultor no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, que é o órgão fiscalizador oficial); e *UPVFs agroecológicas não certificadas*. Contudo, as UPVFs não certificadas dependem da credibilidade e da confiança por parte dos consumidores, pois o fato de não possuírem o selo de orgânico, pode levar a questionamentos sobre a qualidade dos alimentos produzidos nessas UPVFs.

Além desses elementos, os estabelecimentos rurais envolvidos em atividades de pesquisa, extensão, assistência técnica e certificação influenciam sobremaneira no diálogo entre o conhecimento tradicional/empírico dos agricultores com o conhecimento técnico-científico, ambos fundamentais para o avanço da dimensão produtiva da agricultura orgânica e da Agroecologia. Ao mesmo tempo, a participação dos agricultores em cursos, palestras e outros eventos de formação e capacitação na área da agricultura orgânica e da Agroecologia, tende a aproximar essas duas modalidades do conhecimento. Considerando que é necessário estabelecer diálogos entre o conhecimento científico – pautado na compreensão da dinâmica de funcionamento dos agroecossistemas, na otimização do uso dos recursos internos à UPVF, no manejo dos adequados dos recursos naturais e numa visão holística da UPVF – com o conhecimento empírico dos agricultores – que se dá pela experimentação e pela troca de saberes – já que esses espaços de convívio são de suma importância para a consolidação da Agroecologia.

Considerações Finais

São vários os tipos de agricultura que apresentam alternativas ao modelo convencional de produção, porém a Agroecologia congrega aspectos da maioria das formas de agricultura de base ecológica e apresenta-se como uma corrente ampla e

multidimensional, que envolve as dimensões econômica (produção, processamento e comercialização), ambiental, social, política e ética. Ao ter como foco a agricultura orgânica desenvolvida em Unidades de Produção e Vida Familiares (UPVFs), a Agroecologia busca fortalecer a autonomia dos agricultores e de suas famílias, tornando-os protagonistas de seu desenvolvimento, apesar da enorme influência da racionalidade hegemônica que subordina agricultores, trabalhadores urbanos e toda a população excluída, sobretudo nos países mais pobres.

Na tentativa de diferenciar os estabelecimentos que se limitam a produzir alimentos orgânicos daqueles adeptos da Agroecologia, procurou-se desenvolver a tipologia aqui apresentada. Todavia, a pertinência desta proposta depende de sua aplicação na realidade empírica, através de pesquisas de campo que permitam estabelecer o contato direto com os agricultores e com suas UPVFs.

No contexto das pesquisas desenvolvidas, busca-se aplicar essa tipologia. Através da relação teoria-prática, será possível aperfeiçoar a proposta aqui apresentada. Acredita-se que a aplicação dessa tipologia em outras pesquisas será de suma importância para testá-la e aperfeiçoá-la.

A principal contribuição desta proposta está em diferenciar a Agroecologia da agricultura orgânica, no sentido de demonstrar que nem todas as experiências de agricultura orgânica objetivam o fortalecimento da agricultura familiar, sobretudo no plano da autonomia política desses agricultores. Há um processo de disputas ideológicas dentro da agricultura orgânica, polarizado, por um lado, por aqueles que a associam com a agricultura familiar e com um novo paradigma em direção à sustentabilidade em suas variadas dimensões, ou seja, os defensores da Agroecologia; e, por outro, por aqueles que, apesar de praticarem uma agricultura mais coesa do ponto de vista ambiental, continuam priorizando seus lucros e a lógica capitalista no contexto da agricultura, inserindo-se na agricultura orgânica com o objetivo de obter benefícios com esse nicho de mercado.

Para tanto, procurou-se dialogar com alguns conceitos geográficos como os de racionalidade hegemônica, contra-racionalidades, intencionalidades, verticalidades e horizontalidades (SANTOS, 1996). Acredita-se que o conhecimento geográfico pode contribuir na busca de integração entre conhecimentos científicos, e destes com os conhecimentos tradicionais, em virtude da perspectiva multidimensional das abordagens

geográficas integradoras como, por exemplo, a abordagem territorial trabalhada por Saquet (2011).

Existem outros elementos e características que podem ser considerados para a elaboração de tipologias relacionadas à agricultura orgânica e à Agroecologia, pois a realidade é multifacetada e complexa. Contudo, o exercício reflexivo proposto pode contribuir para o avanço teórico da Agroecologia bem como para sua aplicação.

Notas

¹ Para maiores informações sobre as consequências da Revolução Verde, ver Candioto, Carrijo e Oliveira (2008b).

² A pesquisa “Conhecendo a configuração da agricultura orgânica e da agroecologia em nove municípios do Sudoeste do Paraná”, teve apoio financeiro do CNPq, através do Edital n. 58/2010 MDA/CNPq.

Referências

ALTIERI, Miguel. **Agroecología: bases científicas para una agricultura sustentable**. Montevideo: Nordan-Comunidad. 1999.

ALTIERI, Miguel; NICHOLLS, Clara. **Agroecología: teoría y práctica para una agricultura sustentable**. PNUMA, México, 2000.

ALTIERI, Miguel. El estado del arte de la agroecología: Revisando avances y desafíos. In: ALTIERI, Miguel (Org.). **Vertientes del pensamiento agroecológico: fundamentos y aplicaciones**. Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecología (SOCLA) Medellín, Colombia. 2009, p. 69-95. Disponível em <<http://agroeco.org/socla/wp-content/uploads/2013/11/Vertientes-del-pensamiento-agroecologico.pdf>>. Acessado em 17/08/2013.

ASSIS, Renato L. de. **Agricultura orgânica e agroecologia: questões conceituais e processo de conversão**. Seropédica: Embrapa Agrobiologia, 2005. 35 p.
ASSIS, Renato, L. de; ROMEIRO, Ademar. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. In: BRANDENBURG, Alfio (Org.). **Desenvolvimento e Meio Ambiente: caminhos da agricultura ecológica**. Curitiba: Editora da UFPR, n.6, 2002, p. 67-80.

BRASIL. **Decreto Federal n. 7.794/2012**. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Disponível em <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Desenvolvimento_Sustentavel/Organicos/Legislacao/Nacional/Decreto_n_07_794_de_20-08-2012.pdf>. Acessado em 01/10/2012.

BRASIL. **Decreto Federal nº. 6.323/2007**. Regulamenta a Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. Disponível em <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Desenvolvimento_Sustentavel/Organicos/Legislacao/Nacional/Decreto_n_06_323_de_27-12-2007.pdf>. Acessado em 01/10/2012.

BRASIL. **Lei Federal nº. 11.326/2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em <<http://www.in.gov.br/materias/xml/do/secao1/2237771.xml>>. Acessado em 30/11/2013.

BRASIL. **Lei Federal nº. 10.831/2003**. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Disponível em <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Desenvolvimento_Sustentavel/Organicos/Legislacao/Nacional/Lei_n_010_831_de_23-12-2003.pdf>. Acessado em 01/10/2012.

CAPORAL, Francisco R.; COSTABEBER, J. A. e PAULUS, G. **Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável**. Brasília (DF), 2006. Disponível em <<http://www.seaembu.org/docs/agroecologia2.pdf>>. Acessado em 16/08/2011.

CAPORAL, Francisco R. **Agroecologia não é um tipo de agricultura alternativa**. 2008. Disponível em: <<http://sustentabilidadesemapi.blogspot.com/2008/03/agroecologia-no-um-tipo-de-agricultura.html>>. Acessado em 27/11/2011.

CAPORAL, Francisco R.; COSTABEBER, José A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. Disponível em <<http://www.agroeco.org/socla/archivospdf/Agroecologia-Conceitos%20e%20principios1.pdf>> Acessado em 08/03/2012.

CANDIOTTO, Luciano Z. P. A agricultura familiar no contexto do rural contemporâneo. In: SAQUET, Marcos; SUZUKI, Julio; MARAFON, Glaucio. (Org.). **Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011, v. 1, p. 275-298.

CANDIOTTO, Luciano Z. P.; CARRIJO, Beatriz R.; OLIVEIRA, Jackson A de. A Agroecologia e as Agroflorestas no contexto de uma Agricultura Sustentável. In: ALVES, Adilson F.; CARRIJO, Beatriz R.; CANDIOTTO, Luciano Z. P. (Org.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008a. p. 213-232.

CANDIOTTO, Luciano Z. P.; CARRIJO, Beatriz R.; OLIVEIRA, Jackson A de. Evolução da agricultura e impactos socioambientais do modelo convencional. In: III

Encontro Sul Brasileiro de Geografia e XIII Encontro de Geografia da União, 2008. **Anais...**, Francisco Beltrão - PR, 2008b. (CD-ROM).

CANDIOTTO, Luciano Z. P. **Turismo rural na agricultura familiar: uma abordagem geográfica do Circuito Italiano de Turismo Rural, município de Colombo – PR**. 2007. 397 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

DAROLT, Moacir R. As principais correntes do movimento orgânico e suas particularidades. In: DAROLT, M.R. **Agricultura orgânica: inventando o futuro**. Londrina: IAPAR, 2002. p. 18-26.

EHLERS, Eduardo M. **O que se entende por agricultura sustentável?**. 1994. 161 f. Dissertação (Mestrado). São Paulo: USP, 1994.

FLORIANI, Nicolas; FLORIANI, Dimas. Saber Ambiental Complexo: aportes cognitivos ao pensamento agroecológico. **Revista Brasileira de Agroecologia**. Porto Alegre, 2010, v.5, n.1, p. 3-23.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001a.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder**. Petrópolis: Vozes, 2001b.

LEFF, E. **Ecología y capital: racionalidade ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable**. Mexico: Siglo Veintiuno Ed. 1994, 2ª ed.

MEIRA, Suzana G. de. **Intencionalidades, territorialidades e temporalidades da Agroecologia e da Agricultura Orgânica em Itapejara D'Oeste, Salto Do Lontra e Verê (SO/PR)**. 2013. 194 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). UNIOESTE, Francisco Beltrão, 2013.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SAQUET, Marcos. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, 2002, v.3, n.1, jan./mar. p. 18-28.

STEINER, Rudolf. **Fundamentos da agricultura biodinâmica: vida nova para a terra**. São Paulo: Antroposófica, 2005.

Recebido em 01/04/2014. Aceito para publicação em 26/06/2014.
--